

Cidade do cuidado: De um urbanismo hegemônico para um urbanismo feminista, situado e transformador

Clarisse Cunha Linke e Rossana Brandão Tavares

Clarisse Cunha LINKE é Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo PPGAU/UFF; clarisselinke@id.uff.br

Rossana Brandão TAVARES é Doutora em Arquitetura e Urbanismo; professora EAU/PPGAU/UFF; rossanatavares@id.uff.br

Resumo

O agravamento das desigualdades socioespaciais, de gênero e raça tem exigido uma revisão teórica e prática profunda no campo do urbanismo. O debate crítico revela a marginalização de grupos sociais, territórios e práticas espaciais cotidianas, enraizadas nos valores patriarcais, racistas e eurocêtricos. Para um urbanismo transformador, que seja anticapitalista, antipatriarcal, antirracista e anticolonialista, é crucial rejeitar os pressupostos positivistas-tecnocráticos e valorizar outros modos de ser e existir no espaço. No entanto, uma questão persiste: quais práticas podem realmente modificar o curso do que entendemos por urbanismo hegemônico? Neste ensaio, sustentamos que o urbanismo focado no trabalho reprodutivo e de cuidados, predominantemente realizado por mulheres, oferece uma oportunidade para deslocar a prática hegemônica que prioriza cidades produtivas para o capital, em direção a um urbanismo feminista, situado e transformador, que promova cidades que cuidem e garantam a vida. Apresentamos reflexões sobre como o urbanismo e o planejamento urbano privilegiam o trabalho produtivo em detrimento do trabalho reprodutivo, a partir de uma perspectiva marxista feminista. Utilizamos o exemplo da mobilidade urbana para dar suporte às nossas análises a respeito dessas questões, discutindo o caso de Bogotá, onde a implementação do Sistema Distrital de Cuidados (SIDICU) se destaca como uma abordagem transformadora no Plano de Ordenamento Territorial 2022-2035. Este ensaio visa explorar o potencial avanço ético, político e teórico-metodológico ao adotar perspectivas feministas numa abordagem interseccional no urbanismo através da mobilidade urbana.

Palavras-chave: urbanismo, feminismo; interseccionalidade; mobilidade urbana.

Abstract

The worsening of socio-spatial, gender and racial inequalities has required an in-depth theoretical and practical review in the field of urbanism. The critical debate reveals the marginalization of social groups, territories and everyday spatial practices, rooted in patriarchal, racist and Eurocentric values. For a transformative urbanism, which is anti-capitalist, anti-patriarchal, anti-racist and anti-colonialist, it is crucial to reject positivist-technocratic assumptions and value other ways of being and existing in space. However, a question remains: which practices can really change the course of what we understand as hegemonic urbanism? In this essay, we argue that urbanism focused on reproductive and care work, predominantly carried out by women, offers an opportunity to shift the hegemonic practice that prioritizes productive cities for capital, towards a feminist, situated and transformative urbanism that promotes cities who care and guarantee life. We present reflections on how urbanism and urban planning privilege productive work over reproductive work, from a feminist Marxist perspective. We use the example of urban mobility to support our analyses re-

garding these issues, discussing the case of Bogotá, where the implementation of the District Care System (SIDICU) stands out as a transformative approach in the 2022-2035 Territorial Planning Plan. This essay aims to explore the potential ethical, political and theoretical-methodological advancement when adopting feminist perspectives in an intersectional approach to urbanism through urban mobility.

Keywords: urbanism, feminism; intersectionality; urban mobility.

Resumen

El agravamiento de las desigualdades socioespaciales, de género y raciales ha requerido una revisión teórica y práctica en profundidad en el ámbito del urbanismo. El debate crítico revela la marginación de grupos sociales, territorios y prácticas espaciales cotidianas, arraigada en valores patriarcales, racistas y eurocéntricos. Para un urbanismo transformador, que sea anticapitalista, antipatriarcal, antirracista y anticolonialista, es crucial rechazar los supuestos positivistas-tecnocráticos y valorar otras formas de ser y existir en el espacio. Sin embargo, queda una pregunta: ¿qué prácticas pueden realmente cambiar el rumbo de lo que entendemos como urbanismo hegemónico? En este ensayo, sostenemos que el urbanismo centrado en el trabajo reproductivo y de cuidados, realizado predominantemente por mujeres, ofrece una oportunidad para cambiar la práctica hegemónica que prioriza las ciudades productivas para el capital, hacia un urbanismo feminista, situado y transformador que promueva ciudades que cuiden y garantizan la vida. Presentamos reflexiones sobre cómo el urbanismo y la planificación urbana privilegian el trabajo productivo sobre el reproductivo, desde una perspectiva marxista feminista. Utilizamos el ejemplo de la movilidad urbana para sustentar nuestros análisis sobre estos temas, discutiendo el caso de Bogotá, donde la implementación del Sistema Distrital de Cuidados (SIDICU) destaca como un enfoque transformador en el Plan de Ordenamiento Territorial 2022-2035. Este ensayo tiene como objetivo explorar el potencial avance ético, político y teórico-metodológico al adoptar perspectivas feministas en un enfoque interseccional del urbanismo a través de la movilidad urbana.

Palabras-clave: urbanismo, feminismo; interseccionalidad; movilidad urbana.

Nas últimas décadas, o acirramento das desigualdades socioespaciais, de gênero e raça tem demandado uma profunda revisão do urbanismo e do planejamento urbano. O debate crítico requer novas teorias e práxis, compreendendo que os valores hegemônicos que pautam o campo marginalizam e invisibilizam grupos sociais, territórios e práticas espaciais cotidianas nas cidades.

A busca por um urbanismo transformador demanda uma refundação de noções, conceitos e categorias. Um passo fundamental nessa trajetória é o abandono dos pressupostos positivistas-tecnocráticos de neutralidade e universalidade, e a valorização de outros modos de ser e existir no espaço. Entretanto, há uma dificuldade em propor novos esquemas conceituais, analíticos e replicáveis no planejamento urbano, pois sua formulação está vinculada a elementos da colo-



nialidade, principalmente ao Estado em seu papel de garantidor da infraestrutura necessária para o capitalismo.

Nesse debate, uma pergunta persiste: há práticas capazes de alterar o sentido do urbanismo hegemônico? No presente ensaio, argumentamos que pensar o urbanismo centrado no trabalho reprodutivo e de cuidados, feito predominantemente pelas mulheres, oferece uma brecha para deslocar práticas hegemônicas que reforçam a produção capitalista do espaço urbano, desigual e violenta, para um urbanismo feminista, situado e transformador, na direção de cidades estruturadas pela ética do cuidado (KUHNNEN, 2010).

A construção de um urbanismo feminista nos remete a uma dimensão de luta pelo reconhecimento das desigualdades de gênero no modo como o “sistema colonial-racializante-capitalístico” (ROLNIK, 2021, p.11) estrutura nossas experiências e conseqüentemente nossas subjetividades, o valor dos nossos corpos e de nossas vidas nas cidades. O urbanismo feminista, ao questionar esse sistema, se propõe a pensar e propor movimentos de inversão com abordagens que dão relevo a uma gestão feminista do *habitat* (TAVARES, FERRADÁS e SARMIENTO, 2022).

Começaremos este ensaio articulando o urbanismo à prática do fazer-cidade que enfoca o trabalho produtivo e ignora o trabalho reprodutivo¹ como forma de opressão, em especial, de gênero e raça, conforme apontado pelas feministas marxistas Federici (2019), Bhattacharya (2013) e Gago (2020). O tema será explorando com base na mobilidade urbana, conferindo materialidade à vida cotidiana das mulheres na cidade e problematizando a ideia de um urbanismo feminista. Discutiremos potenciais caminhos para reverter essa abordagem urbanística a partir do caso de Bogotá, apontando para avanços éticos, políticos e teórico-metodológicos através de uma perspectiva feminista e interseccional.

A cidade do trabalho produtivo

A busca por um urbanismo socialmente transformador tem um desafio de origem, dado que a concepção tradicional do urbanismo é de natureza hegemônica, intrinsecamente ligada à modernidade. A noção de colonialidade associada à modernidade, se baseia na valorização da ciência, da ordem social e do progresso, e desconsidera epistemologias não eurocêtricas, determinando a relação de poder entre seres humanos e natureza, e entre os próprios seres humanos. A

¹ O conceito de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo tem origem em teorias econômicas e feministas, sendo essencial para entender a divisão do trabalho na sociedade. Trabalho produtivo refere-se ao trabalho que resulta diretamente na produção de bens e serviços que têm valor econômico no mercado. Trabalho reprodutivo envolve as atividades necessárias para a reprodução da força de trabalho e o bem-estar dos indivíduos, como cuidados domésticos, criação de filhos, e tarefas domésticas. Embora essencial para a sustentação da sociedade e das economias, este trabalho é frequentemente não remunerado e não contabilizado nas métricas econômicas tradicionais, levando à sua desvalorização.

colonialidade emerge como um ponto central na análise das dinâmicas urbanas por se referir às opressões e estruturas que sustentam o capitalismo global. Em outras palavras, trata-se das relações de poder resultantes das hierarquias epistemológica, subjetiva, cultural e simbólica que persistem para além do período histórico colonial (ESCOBAR, 2013; LAO MONTES, 2018).

Ao relacionar o urbanismo à colonialidade, apontamos para uma matriz de conhecimento que utiliza padrões brancos, heteronormativos e patriarcais na construção das relações e subjetividades. Esses padrões criam condições para a perpetuação das estruturas sociais historicamente construídas, consolidadas no imaginário coletivo, na configuração espacial e nos padrões de vida urbana considerados aceitáveis. Nesse sentido, o urbanismo hegemônico produz espaços que sustentam práticas patriarcais e extrativistas, conforme discutido por Kern (2021), Tavares e Ramos (2021) e Berth (2023).

É oportuno avançar no debate crítico sobre o urbanismo, ao nosso ver, tendo como ponto de partida a circulação diária das mulheres, pois a mobilidade é um elemento que materializa e organiza o funcionamento e as relações nas cidades (BERTH, 2023). Mobilidade urbana refere-se aos deslocamentos que as pessoas fazem em uma área urbana, utilizando diferentes modos de transporte. Esse conceito não se restringe a identificar como as viagens são realizadas, mas também a compreender a infraestrutura, políticas e serviços necessários para garantir o acesso às atividades cotidianas, além das condições e qualidade dos deslocamentos.

O planejamento tradicional da mobilidade é feito com base em marcos teóricos, linguagens, metodologias e instrumentos de análise e gestão que se concentram em caracterizar e garantir as viagens diárias casa-trabalho, resultando em uma visão uniforme dos deslocamentos. Ao focar no trabalho produtivo como norteador do desenvolvimento urbano, ignora-se a importância do trabalho reprodutivo e de cuidados, apesar de este também ser estrutural para o modo de produção capitalista do espaço urbano (LEFEBVRE, 2000).

A distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo tem sido fundamental para compreender a experiência das mulheres no sistema capitalista, conforme ressaltado por Bhattacharya (2013) e Federici (2020). O trabalho de reprodução social engloba atividades domésticas e



de cuidado, essenciais para garantir a vida. É um trabalho marcado pelo gênero, invisível, embora indispensável e que, quando remunerado, é “racializado, mal pago e subqualificado” (VERGÈS, 2020, p.17).

A ideia mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que integra com êxito, ainda que de maneira desigual, a esfera da reprodução e a esfera da produção, apontando para o entrelaçamento entre ambas, amarrando a “base material da opressão às mulheres ao sistema como um todo” (BHATTACHARYA, 2013, p. 6). Ao priorizar os deslocamentos para o trabalho produtivo, o urbanismo tradicional contribui para a distribuição desigual de oportunidades e infraestrutura na cidade; negligencia as atividades cotidianas de cuidado; disciplina e controla a circulação dos corpos. Alterar o sentido desta abordagem exige desnaturalizar as funções sociais associadas a gênero e raça, e a aplicação dos valores de universalidade e neutralidade no urbanismo.

Gênero e raça são categorias consolidadas na colonialidade, “ficções poderosas” (LUGONES, 2020, p.73), que fundamentam a sociedade branca e patriarcal. Ao invés de condições que justificam papéis sociais, são dispositivos sociopolíticos que moldam as relações familiares e comunitárias, delineiam a divisão do trabalho, estabelecem mercados de consumo distintos e definem “padrões de comportamento, regras para ser, existir e interagir em sociedade” (BERTH, 2023, p.193). Do mesmo modo, os conceitos de universalidade e neutralidade são construções que, entendidas como garantia de objetividade e ação apolítica, fazem do urbanismo um campo minado para as mulheres. As teorias feministas apontam para o equívoco na crença de que ambientes e sistemas possam ser projetados de maneira a atender a todos igualmente.

Setenta e cinco por cento do trabalho reprodutivo global é realizado por mulheres (OXFAM, 2020). Para desempenhar as múltiplas funções, um dia típico na vida das mulheres envolve inúmeras viagens frequentes e encadeadas, tanto para lugares próximos quanto distantes, a fim de acessar serviços, equipamentos e infraestruturas ligadas ao cuidado. A mobilidade a pé, o transporte público e as viagens intermodais têm centralidade nas vidas das mulheres, enquanto homens tendem a fazer viagens mais lineares e pendulares, e viajar mais de carro e moto. Para aquelas que moram nas periferias, o transporte público é ainda mais relevante, viabilizando o acesso aos serviços concentrados em poucas centralidades. Pontualidade, previsibilidade, flexibilidade dos serviços, proximidade



ao sistema, conforto e integrações que não onerem o custo, não aumentem o tempo de viagem e garantam segurança se revelam essenciais para dar conta da diversidade e complexidade dos deslocamentos.

Embora análises detalhadas mostram que o volume de deslocamentos diários, devido ao trabalho não remunerado, seja equivalente aos deslocamentos casa-trabalho (MADARIAGA, 2013), os valores de neutralidade e universalidade aplicados para garantir a cidade produtiva justificam a ênfase nas viagens produtivas. Essa ênfase funciona como uma alegoria para estabelecer o funcionamento e a distribuição dos sistemas urbanos. Como resultado, temos um urbanismo que não é neutro, tampouco universal, mas sim definido, interessado e comprometido com a performance de um tipo específico de usuário, um cidadão urbano típico, caracterizado pela altura, peso, velocidade de caminhada, área ocupada, necessidades, desejos e valores de um homem adulto, fisicamente apto, heterossexual, branco e cisgênero. Ao garantir o deslocamento dessa pessoa, o urbanismo não configura espaços neutros, mas espaços para apoiar e facilitar as formas familiares patriarcais, a perpetuação dos papéis tradicionais de gênero e raça e o capital (KERN, 2021).

Ajustes marginais

A investida do capitalismo contra as políticas sociais do Estado, aliada à crescente precarização do trabalho e dos serviços urbanos, tem tornado as responsáveis pelo trabalho reprodutivo cada vez mais vulneráveis. Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) alertam para uma crise estrutural generalizada do cuidado, originada e agravada pelas reformas neoliberais que exigem uma colaboração entre o mercado e a família para substituir o bem-estar social.

A Covid-19 escancarou essa crise e acirrou as desigualdades socioespaciais e raciais nas cidades, com um impacto particular nas mulheres, diminuindo sua autonomia econômica, aprofundando o trabalho precarizado e a sobrecarga de trabalhos de cuidados. Gago (2020) aponta para um cenário de endividamento obrigatório das mulheres, necessário para viabilizar as atividades de cuidados, impulsiona novas modalidades de financeirização da vida cotidiana. Nessa conjuntura, os movimentos feministas vêm demandando uma reorganização da relação entre trabalho produtivo e reprodutivo, de modo a estabelecer “arranjos sociais que priorizem a vida das pessoas e os vínculos sociais acima da produção para o lucro” (p.118). As

externalidades do neoliberalismo, o aumento das desigualdades e o impacto do estresse climático em grupos vulnerabilizados demandam respostas imediatas dos diversos setores, que avançam com propostas de renovação ou ajustes ao sistema.

Desde os anos 1970, busca-se uma abordagem antidiscriminatória que garanta a entrada e integração das mulheres na ordem neoliberal. A Década da Mulher instituída pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) em 1976 posicionou os direitos das mulheres como um objetivo, definindo linguagem, metodologia e práticas reformistas que, no entanto, apresentaram e seguem apresentando um discurso despolitizante (FEDERICI, 2019; VERGÊS, 2020). Fraser (2002) denomina de neoliberalismo progressista as reformas e ajustes marginais que se apropriam de novas ideias para tornar o sistema e suas externalidades mais aceitáveis. As pautas socioambientais são centrais a este novo enquadramento, com políticas que reconheçam e valorizem a diversidade e a representatividade, contribuindo para a construção imaginária da globalização como fábula “que se aproveita do alargamento de todos os contextos para consagrar um discurso único” (SANTOS 2001, p.18).

Na mobilidade, há uma preocupação com a igualdade de acesso e a segurança no deslocamento, mas faltam, nas diversas esferas e escalas de planejamento, reflexões consistentes sobre como a cidade cria bloqueios e restrições para a circulação de pessoas diversas. Ou seja, se desconsidera que, na América Latina, as pessoas cuidadoras são, em sua maioria, mulheres negras, indígenas e pobres, ignorando a diferença vivenciada por mulheres de cor “em sua concretude específica e vivida” (LUGONES, 2020, p.55). Isso se dá uma vez que o neoliberalismo trata as questões de gênero como uma agenda específica, a ser somada às políticas econômicas. As perspectivas feministas, ao contrário, buscam tratá-la de forma estrutural.

Para um urbanismo que busque respostas feministas, situadas e transformadoras, ajustes marginais são insuficientes. É preciso haver avanços éticos, políticos e teórico-metodológicos para que a transformação se inicie.

As Manzanas del cuidado de Bogotá

A centralidade do cuidado nos movimentos feministas vem impactando as políticas e projetos urbanos de modo cada vez mais relevante. Atributos de proximidade, acessibilidade, localização da infraestrutura e



segurança no deslocamento são enfatizados em diagnósticos, planos e investimentos. Exemplos recentes incluem as Superquadras de Barcelona, a “cidades de 15 minutos” em Paris, as “vizinhanças de 20 minutos” em Melbourne, o programa “Andar livres e seguras” na Cidade do México, e o Sistema Nacional Integrado de Cuidados no Uruguai (ESTRADA, 2023).

Em Bogotá, capital da Colômbia, a discussão ocorre no âmbito do Plano de Ordenamento Territorial (POT), instituído em dezembro de 2021 pela Prefeita Claudia López Hernández, a primeira mulher e abertamente lésbica a ser eleita para este cargo. O POT contém as diretrizes para o desenvolvimento da cidade até 2035. Como outros instrumentos dessa natureza, é uma peça central no planejamento da colonialidade, regulando formas de ocupar, produzir e gerir o espaço urbano. O aspecto desviante em questão diz respeito à sua elaboração centrada em uma perspectiva feminista, que reconhece o trabalho reprodutivo como um pilar fundamental da cidade, resultado de um longo processo de demanda e luta por parte dos diversos movimentos sociais de mulheres.

Bogotá é uma cidade marcada pela diversidade demográfica. Segundo o Censo da cidade de 2018, 52% da população é feminina e 86% se identifica como mestiça, havendo uma presença notável de afrocolombianos, indígenas e uma crescente população migrante venezuelana. Cerca de 45% da população vive nas camadas de renda mais baixas, enfrentando condições de pobreza e vulnerabilidade, enquanto 10% detêm a maioria da riqueza. Conseqüentemente, a cidade é marcada por uma disparidade socioespacial acentuada, com os grupos mais ricos em áreas bem equipadas e servidas, principalmente no norte da cidade, e os estratos mais pobres no sul e sudoeste, onde a infraestrutura é frequentemente precária, com acesso limitado a serviços básicos. A desigualdade na mobilidade também é visível. Enquanto os habitantes das áreas centrais e de alta renda têm acesso a uma variedade de opções de transporte, incluindo transporte público eficiente e infraestrutura para ciclistas e pedestres, os moradores das áreas periféricas dependem de viagens longas e caras para acessar o centro da cidade, enfrentando congestionamentos e serviços menos confiáveis.

Segundo a Secretaria da Mulher (BOGOTÁ, 2021), 90% das mulheres são responsáveis pelos cuidados, em comparação com 10% dos homens, e mais de um terço das mulheres que habitam a cidade se dedicam integralmente ao trabalho de cuidados não remune-

rado. Dessas mulheres, 20% têm doenças crônicas diagnosticadas, 33% não têm tempo livre porque cuidam de alguém, 70% só têm o ensino médio como nível de escolaridade mais alto e 90% são de baixa renda. As mulheres gastam, em média, sete horas e 46 minutos por dia em atividades de trabalho doméstico, quatro horas e 40 minutos a mais do que os homens. Por fim, vale ressaltar que 61% dos homens chefes de família são casados ou vivem com uma/um companheira/o, ao passo que apenas 33% das mulheres chefes de família o são, indicando que as mulheres chefes de família têm cargas de trabalho de cuidados ainda mais elevadas e, possivelmente, um estresse financeiro acentuado (TRIBÍN, NEWBALL e GRANDA, 2023).

O POT se propõe a desenvolver estratégias para lidar com essas desigualdades, focando em áreas como habitação, mobilidade, infraestrutura urbana e inclusão social. Nesse último ponto, o plano enfatiza a necessidade de políticas inclusivas que abordem diretamente a desigualdade de gênero e raça. Para tal, 'cuidado' é um dos pilares institucionais do POT, que define como objetivos "reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho de cuidados" e articula o Sistema Distrital de Cuidados (SIDICU), uma rede de equipamentos, infraestrutura e serviços de cuidados para as pessoas cuidadoras, crianças, idosos e pessoas com deficiência.

O SIDICU se materializa com a meta de implementação de 45 *Manzanas de Cuidado* até 2035, sendo 21 já entregues até o momento, estratégia que tem recebido grande atenção internacional. As *Manzanas* coordenam infraestruturas e serviços distritais novos e existentes para atender as populações beneficiárias com base em critérios de proximidade. Essa prática permite que as pessoas tenham acesso aos serviços em um espaço central, integrado a sistemas de transporte público conectados a uma rede ampliada de infraestrutura para pedestres e bicicletas, com facilidade de locomoção entre escolas, creches, unidades de saúde e centros culturais, que estejam em um raio de 800 metros.

De acordo com Estrada (2023), as *Manzanas* estão localizadas em territórios priorizados a partir de características sociodemográficas, existência de serviços de cuidados públicos, privados, comunitários e familiares, índices de pobreza e orçamentos participativos locais. Análises recentes apontam que a localização das *Manzanas* vem de fato priorizando o sul e sudoeste da cidade, áreas de renda mais baixa e nas quais os índices de riqueza material e riqueza de tempo

são mais baixos. São também nessas áreas onde há maior concentração de crianças menores de 12 anos e pessoas com condições que requerem cuidados permanentes. Embora atendam satisfatoriamente à parte da população mais dependente da cidade, estudos indicam que a população de idosos, que necessita de cuidados e, ao mesmo tempo, é cuidadora, é a menos coberta (TRIBÍN, NEWBALL e GRANDA, 2023). Além disso, as usuárias relatam que as *Manzanas* não oferecem serviços que atendam às necessidades das pessoas em situações de cuidados mais extremas e que resultem em maior imobilidade das cuidadoras, como bebês menores de um ano e pessoas com deficiências graves (RAMÍREZ-BUSTAMANTE e CAMELO-URREGO, 2023).

A localização, integrada à infraestrutura de mobilidade e à política de uso do solo, ampliando o acesso e redistribuindo os equipamentos coletivos de cuidado, é um aspecto importante no SIDICU. Ter serviços de cuidados disponíveis e próximos impacta a rotina das mulheres, resultando em uma redução significativa do tempo gasto com deslocamentos relacionados às tarefas domésticas.

Além de equipamentos comunitários, como lavanderias públicas, que visam aliviar o tempo dedicado pelas mulheres a tais atividades, nas *Manzanas* também há ações públicas voltados para o cuidado das cuidadoras, incluindo oficinas de formação e geração de renda, atividades físicas, e de cuidados, espaços de respiro, encontro e descanso, como, por exemplo, aulas de ginástica, natação, ioga, clubes de leitura, assessoria jurídica e psicológica.

O SIDICU também aponta para possíveis caminhos de promoção de uma transformação cultural, focada no combate ao machismo e incentivo a masculinidades cuidadoras e corresponsáveis. Para isso, foram introduzidas atividades de formação e sensibilização, como as *Escuelas de Hombres al Cuidado*, que oferecem aulas para homens sobre cuidado de bebês e crianças, bem como treinamentos em atividades domésticas, de modo a aumentar a participação masculina no trabalho de cuidado.

Quais são os avanços políticos, éticos e teórico-metodológicos?

A centralidade dada pelo POT ao tema do cuidado está em sintonia com o conceito de corpo-território de Gago (2020), que enfatiza a importância de entender a exploração e a experiência vivida não de forma abs-

² O conceito de “comuns” é usado como forma de antagonizar a propriedade privada e a propriedade gerida pelo Estado, englobando recursos culturais e naturais acessíveis a toda sociedade, que devem ser mantidos em comum mesmo quando são de propriedade privada ou pública. Federici (2019) lista exemplos, como “terra, água, os comuns do ar, comuns digitais, comuns de serviço; nossos direitos conquistados [...], as línguas, as bibliotecas e as produções coletivas das culturas do passado” (p.305).

trata, mas sim em relação aos corpos, espaços, tempos e recursos comuns. Assim, compreendemos que o foco nas atividades de cuidados é um ponto de partida político crucial para uma intervenção que se propõe feminista, pois a reconfiguração dos recursos comuns (*commons*)² nos permite repensar a cidade para o cuidado. É um avanço político, portanto, pois desloca a importância e o uso das infraestruturas existentes, à margem, ou nas brechas dos interesses do capital, e simboliza uma orientação para a redistribuição de riqueza em contraponto às ideias de escassez e disputa de prioridades, que o capitalismo persiste em criar e justificar.

Para lidar com as necessidades e as diferenças das mulheres e cuidadoras, as políticas de combate à feminização da pobreza devem não apenas se concentrar na redistribuição de renda, mas precisam também estar refletidas no espaço urbano. Isso inclui uma consideração sobre como esse espaço de fato viabiliza a ideia de redução e redistribuição equitativa do trabalho, como proposta pelos objetivos do SIDICU, buscando a coletivização das atividades de cuidado, que atualmente recaem de forma desproporcional sobre as mulheres. Assim, além do avanço político no sentido de redistribuir riqueza, a demanda por redistribuição de trabalho também é um avanço político, ao nos remeter à compreensão deste tipo de tarefa para além de um dispositivo sociopolítico, ou seja, não como sendo biologicamente definida, mas um tipo de trabalho imprescindível à vida e, portanto, de responsabilidade de todos e todas.

A solidariedade e a responsabilidade emergem como princípios éticos que delineiam esses avanços políticos, ao definir as relações e a receptividade ampla da sociedade, considerando situações concretas (KUH-NEN, 2010). As *Manzanas*, nesse sentido, não tratam apenas de fornecer infraestrutura e serviços para garantir que as mulheres consigam cumprir todas as expectativas impostas a elas com mais eficiência, sendo ainda mais exploradas. Ao contrário, a estruturação e reorganização dos serviços e das ações em torno do cuidado resulta em um modo de dar visibilidade a esse trabalho de natureza coletiva que, portanto, deve ser de natureza solidária como uma dimensão ética, menos sujeito à mercantilização e ao isolamento.

Entretanto, a perspectiva nuclear e heteronormativa de família, onde a mulher é responsável pelo trabalho do cuidado e beneficiária de grande parte das políticas públicas de assistência social e habitação, impõe limites significativos para mudanças palpáveis nas re-



lações hierárquicas marcadas por gênero e raça, de modo geral. Isso não quer dizer que iniciativas direcionadas à melhoria das condições de vida das mulheres sejam inválidas ou não sejam politicamente irrelevantes. Mas a crítica feminista ao familismo como premissa do pensamento estruturador da moradia e da vida urbana, ao nosso ver, pode ser um modo de derivar outras formas de concepção sobre o potencial dos territórios urbanos para a luta feminista.

As mulheres usuárias das *Manzanas* afirmam que o programa contribui para o reconhecimento, valorização e visibilidade do trabalho doméstico não remunerado, promovendo um entendimento mais amplo que desafia os papéis de gênero tradicionalmente impostos pela sociedade – por elas e pela comunidade do seu entorno, impactando em sua autoestima e saúde pessoal. No entanto, a distribuição desigual de trabalho persiste no âmbito doméstico, especialmente quando vivem com um companheiro (RAMÍREZ-BUSTAMANTE e CAMELO-URREGO, 2023). Além disso, como mencionado, há pouco impacto para as cuidadoras em situações de imobilidade por serem responsáveis por pessoas em situações de cuidados mais extremos. Ou seja, a intervenção é relevante a partir do que Moser (2003) define como dimensão tática, levando em consideração as necessidades imediatas de grupos específicos, mas não estratégica, alterando a realidade das relações de opressão e desigualdade intradomiciliares.

Um movimento fundamental para o urbanismo feminista efetivo seria identificar como as estruturas sociais, culturais e urbanas voltadas para a reprodução social podem, a longo prazo, ajudar a libertar as mulheres da armadilha da domesticidade e reduzir seu isolamento. Consideramos isso como um avanço político significativo, relacionado ao conceito lefebvriano do direito à cidade, que defende que o direito não se limita apenas ao acesso a serviços, mas envolve a participação ativa na criação, transformação e gestão dos espaços urbanos (LEFEBVRE, 2000). Portanto, deslocar as mulheres do ambiente doméstico, onde tradicionalmente estão confinadas - seja devido à sobrecarga de afazeres domésticos e de cuidados, seja pela falta de recursos para transporte, resultando em imobilidade - e trazê-las para o espaço coletivo tem implicações políticas, por proporcionar às mulheres a oportunidade de fazer “circular conhecimento, experiências e lutas” (FEDERICI, 2023, p.164), criando novas alianças para repensar formas de existir e conviver na cidade. Essa transformação representa uma oportunidade de resistência e reimaginação do uso dos espaços públicos, gerando novas maneiras coti-



dianas de habitar e construir territórios (ESCOBAR, 2002).

Outro ponto que emerge em nossa análise, trata da origem do saber que molda o SIDICU enquanto política pública. O SIDICU nasce das mobilizações de cuidadoras de crianças com deficiência, que ocorriam com frequência junto às Secretarias da Mulher e Secretaria da Integração Social de Bogotá, segundo Estrada (2023). Ou seja, é um sistema fruto de demandas locais, a partir da experiência e do conhecimento gerado na prática cotidiana de um grupo específico. Nesse sentido, afirmamos que é uma abordagem conectada à “ética da subalternidade como política de subjetivação” (TAVARES, FERRADÁS e SARMIENTO, 2022, p.39), que implica uma inversão na hierarquia epistemológica, subjetiva, cultural e simbólica, afastando-se do ponto de vista do homem branco, representado historicamente pela figura da expressão do poder, e valorizando o protagonismo daquel(a)s que foram privad(a)s de voz, com suas necessidades e diferenças cotidianas.

O princípio ético da subalternidade resulta em contribuições teórico-metodológicas. A definição dos serviços prestados na infraestrutura confere materialidade às formas de pensar a cidade a partir da experiência corporificada, enraizada no cotidiano, situada e vivida no próprio território (SANTOS, 2020). Além disso, considera as interações entre gênero, raça e classe, reconhecendo a heterogeneidade nas formas de viver, desvinculadas da ideia de universalidade imposta pela colonialidade (FEDERICI, 2023; BERTH, 2023; VERGÈS, 2020; ESCOBAR, 2013). Esse movimento questiona o interesse recente nos estudos do campo da arquitetura e urbanismo em abraçar “gênero” de forma mais ampla, tratando as necessidades e condições das mulheres como universais, no geral, voltadas às experiências das mulheres brancas e ocidentais.

A disputa de um sentido transformado de urbanismo, e que se pretende transformador, não pode deixar de reconhecer as múltiplas heranças sócio-territoriais. Mas, para compreender essas heranças e articulá-las a condições transformadoras para o futuro, é preciso desacelerar o processo, indo na contramão da dinâmica acelerada do planejamento da atualidade. Esse é um desafio metodológico de programas como as *Manzanas*, considerando o predomínio do tempo sobre o espaço, com o planejamento que focaliza o curto-prazo, que busca mudanças disruptivas e enfatiza projetos pontuais e localizados, ao invés de planos sistêmicos e de longo prazo. Esse tempo e a disputa



pelo tempo das pessoas, especialmente das mulheres, também se relaciona com as questões aqui problematizadas, sob a ótica das teorias feministas, do trabalho do cuidado e do cotidiano das mulheres. A mobilidade urbana joga luz sobre esse debate acerca de tempo, o movimento e os custos para o corpo e a vida das mulheres na cidade contemporânea.

Cidade do cuidado como brecha para um novo urbanismo

Estamos presas a espaços que refletem uma sociedade patriarcal e racista. Espaços desenhados para garantir o empobrecimento e a desigualdade social, racial e espacial das áreas periféricas. Esses espaços moldam como as pessoas vivem suas vidas e definem a gama de escolhas e possibilidades abertas para elas. Para desafiar esse projeto hegemônico capitalista e produzir cidades que tenham à frente a possibilidade de uma trajetória anticapitalista, antipatriarcal e antirracista, precisamos de giros epistemológicos que resultem em transformações na vida urbana, em que as atividades de cuidados sejam socializadas e menos exaustivas, incorporando arranjos socioespaciais que acolham as diversas mulheres e suas histórias. Ao abordar a experiência cotidiana das mulheres nas cidades, a partir das mobilidades, abordamos “uma das discussões mais importantes e urgentes sobre urbanismo, pois é a mobilidade que estrutura todas as localizações, todos os acessos e todas as questões que se desenvolvem nas cidades” (BERTH, 2023, p.214).

O *habitat* na sua interseção entre a micro e macro escala urbana, entre a micro e macropolítica, como princípio orientativo, nos impõe redefinir o que é fundamental: é um direito à cidade reduzido ao acesso a serviços na lógica da vida produtiva do espaço e das relações, ou um direito à cidade construído a partir da vida cotidiana, da ética do cuidado, pautada pela responsabilidade e solidariedade do e pelo coletivo?

Uma abordagem feminista do urbanismo implica um movimento de desconstrução, começando pelos valores inerentes ao urbanismo tradicional: gênero e raça, neutralidade e universalidade, e o uso inevitável dos recursos comuns para o capital. Deslocar o trabalho reprodutivo do espaço doméstico para o espaço urbano nos permite explorar novas direções tanto para a redistribuição justa dos comuns e do trabalho, quanto para novas alianças forjadas por mulheres, lhes possibilitando reimaginar, coletivamente, outras formas de existir e conviver na cidade.

Há limitações críticas evidentes no raciocínio que relaciona um plano de ordenamento territorial e políticas públicas de prestação de serviço por parte do Estado como uma abordagem contra-hegemônica. O debate crítico é categórico quanto à impossibilidade de uma sociedade capitalista ser cuidadora, exatamente por lidar com conceitos pertencentes a uma epistemologia eurocentrada e positivista, fazendo com que o processo político de luta mantenha a discussão no interior da sociedade dominante. A armadilha é exatamente essa: o neoliberalismo se apropria das lutas e as ajusta às categorias de pensamento e instrumental analítico concebidos dentro do sistema. Como nos ensinou Audre Lorde em uma conferência em 1979, “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande” (LORDE, 1979, p.19, tradução nossa).

Entretanto, os avanços sociais, econômicos e ambientais, podem acontecer a partir das fissuras, das brechas. A articulação de uma ação política, ética e teórico-metodológica, colocando o trabalho reprodutivo e de cuidados como estruturante, aponta para um giro, pois possibilita a construção de sujeitas coletivas, engajadas em lutas concretas. São nessas brechas que imaginamos deslocar a prática hegemônica que enfatiza as cidades produtivas do capital, para um urbanismo feminista, situado e transformador, que produza cidades cuidadoras que garantam a vida.

Referências

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

BERTH, J. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? In: *Socialist Worker*, 10/09/2013.

BOGOTÁ. *Plan de Ordenamiento Territorial (POT) 'Bogotá Reverdece 2022-2035*. Disponível em: <https://bogota.gov.co/bog/pot-2022-2035/>

BOGOTÁ. *Oferta de cuidados a cuidadoras*. Secretaría Distrital de la Mujer, 2021. Disponível em: https://www.manzanasdelcuidado.gov.co/docs/_/cuidado-a-cuidadoras/_/estrategia-cuidado-a-cuidadoras.pdf

BOGOTÁ. *DANE, 2018*. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/censo-nacional-de-poblacion-y-vivenda-2018>. Acesso em: 12 de maio 2022.

COLLINS, P.H. *Interseccionalidade*. Boitempo, 2021.



DALMAZZO, M; RAINERO, L. La Voz de las Mujeres en el Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá. In: *Crítica Urbana. Revista de Estudios Urbanos y Territoriales* Vol.5 núm. 23 Urbanismo Feminista. A Coruña: Crítica Urbana, Março de 2022.

ESCOBAR, A. Sobre el Reequipamiento Ontológico de Las Ciudades. In: *Astrágalo. Cultura de la Arquitectura y de la Ciudad*, 30 (2002), pp. 45-57.

_____. Worlds and Knowledges Otherwise: The Latin American Modernity/Coloniality Research Program. In: MIGNOLO, Walter; ESCOBAR, Arturo (eds.). *Globalization and the Decolonial Option*, 2013. p. 33-64.

ESTRADA, M. M. A. *Planificación urbana de las Manzanas de Cuidado: el caso de las Redes de Cuidado en San Cristóbal, Bogotá 2020-2023*, 9ª Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales, 2023.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. *Além da Pele. Repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Elefante, 2023.

FRASER, N. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

GAGO, V. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Editora Elefante, 2020.

HARVEY, D. *Neoliberalismo como destruição criativa*. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, 2006.

HAYDEN, D. *The Grand Domestic Revolution*. MIT, 1982.

KERN, L. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel 2021.

KUHNEN, Tania. A ética do cuidado como alternativa à ética de princípios: divergências entre Carol Gilligan e Nel Noddings. *Florianópolis*, v. 9, n. 3 p. 155 - 168, Set 2010.

LAO-MONTES, A; VASQUEZ, J.D. Crítica Decolonial de la Filosofía y Doble Crítica en Clave Sur. In: MORAÑA, Mabel (ed.). *Sujeto, Descolonización, Modernidad: Debates Filosóficos Latinoamericanos*. Editorial Iberoamericana Vervuert, 2018. p. 293-343.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4ªed. Paris: Ed. Anthropos, 2000.

LORDE, A. *The Master's Tools will never dismantle the master's house*. Penguin Modern, 2017.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. pp. 53-83, 2020.

MADARIAGA, Inés Sánchez de. Mobility of Care: Introducing New Concepts in Urban Transport. In *Fair Shared Cities – The Impact of Gender Planning in Europe*, org. Sanches de Madariaga, Inés and Roberts, Marion. Routledge, London. 2013

MOSER, C. *Gender planning and development: Theory, Practice & Training*. London and New York Routledge, 2003.

OXFAM. *Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*. Londres, Oxfam, 2020.

RAMÍREZ-BUSTAMANTE, N. y CAMELO-URREGO, P. Análisis de la implementación de la estrategia del Sistema Distrital de Cuidado de Bogotá: Manzanas del cuidado. *Digna. Trabajo y género*. https://bit.ly/Digna_Informe4, 2023.

ROLNIK, S. *Antropofagia Zumbi*. São Paulo: Hedra, 2021

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001:18.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2020.

TAVARES, R. B., FERRADÁS, M. N. e SARMIENTO, L. Encarnando o vírus: intervenções epistêmicas e performativas à hegemonia disciplinar na arquitetura e urbanismo, In: *Cidades, Comunidades e Territórios*, Autumn Special Issue (Oct/2022), pp. 33 – 44.

TAVARES, R. B. e RAMOS, D. H. *Indisciplina Epistemológica: Viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo*, 2021.

TRIBÍN, A., NEWBALL, D., GRANDA, A.M. Informe cuantitativo manzanas del cuidado de Bogotá-2023. *Digna. Trabajo y género*. https://bit.ly/Digna_Informe_1, 2023.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo, Ubu Editora, 2020.

